



Índice

- 01 MPF na Comunidade abre atividades em Tefé (AM) com visita a terras indígenas e palestra
- 02 Grupo de 400 índios bloqueia rodovia estadual de MS, diz polícia
- 03 Polícia retoma reintegração de áreas invadidas em Iranduba, no AM
- 04 Justiça suspende audiências públicas sobre usina hidrelétrica entre MT e PA
- 05 Em RR, povos indígenas articulam mobilização contra PEC 215
- 06 5º Festival das Araras ocorre de 4 a 6 de outubro em Boa Vista
- 07 Pequenos produtores rurais fecham entrada de Buerarema, na BR-101
- 08 Índios bloqueiam trecho da Rodovia dos Bandeirantes
- 09 Índios "sequestram" desembargador e três servidores da Justiça Eleitoral
- 10 Bloqueio de rodovia é feito por 400 índios e congestionamento chega a 10 km
- 11 Após manifestação, índios liberam Rodovia dos Bandeirantes



MPF na Comunidade abre atividades em Tefé (AM) com visita a terras indígenas e palestra

SÍTIO PGR, 26.09.2013

Quarta edição do projeto segue com atendimento ao cidadão, reuniões e inspeções até sexta-feira (27); equipe do MPF/AM também realiza atividades no município de Coari

Do alto dos 103 degraus de uma escada de madeira que separa a margem do rio das casas, um grupo de indígenas da comunidade Bethel, situada na Terra Indígena Barreira das Missões, em Tefé (distante 523 quilômetros de Manaus), aguardava pela chegada dos procuradores da República e servidores do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM). A visita ao local, que abriga 27 famílias do povo Cambeba, marcou a abertura das atividades da 4ª edição do projeto MPF na Comunidade, que teve início na última segunda-feira (23) e segue até sexta-feira (27).

A partir de Tefé, os procuradores da República Márcio Albuquerque de Castro, Paula Cristine Bellotti e Tatiana de Andrade Dornelles também visitaram a Terra Indígena Marajaí, situada no município de Alvarães (a 538 quilômetros de Manaus). No local, participaram de reunião coordenada pelo tuxaua e fundador da comunidade Marajaí, Lourival dos Santos Oliveira, com a participação de aproximadamente 90 comunitários. "Para mim é um presente maravilhoso receber essa equipe nova na comunidade. Já recebemos gente de outras funções, mas essa é a primeira vez que o Ministério Público Federal veio até nós e logo no dia do meu aniversário", disse o líder Mayoruna, que completou 76 anos no dia da visita. Reivindicações por melhorias no atendimento em saúde e no funcionamento da escola indígena do Marajaí, que atende cerca de 300 crianças e jovens, foram apresentadas pelos comunitários à equipe do MPF.

Questões relacionadas à educação e saúde voltaram a dominar as discussões, dessa vez na palestra informativa realizada na sede do Cetam (sigla), em Tefé, na noite do primeiro dia de atividades do MPF na Comunidade. Lideranças de comunidades ribeirinhas e indígenas, religiosos, representantes de sindicatos e movimentos sociais, puderam conhecer mais sobre a atuação do MPF no Amazonas, receberam panfletos explicativos contendo os assuntos de competência da instituição e conversaram com os procuradores da República sobre os caminhos para apresentação de denúncias e meios de acesso ao órgão em caso de dúvidas.

Programação – Na terça-feira (24), a equipe do MPF seguiu para o município de Coari (a 363 quilômetros de Manaus). A programação prevista para os dias 24 e 25 de setembro inclui a realização de inspeções na cidade, visita à Terra Indígena Cajuhiri Atravessado, reunião com lideranças indígenas de diversas etnias na sede do município e palestra educativa na Escola Municipal Francisco Lopes Braga, na qual outros 50 estudantes conhecerão o projeto Turminha do MPF, que usa personagens fictícios de cartuns, para a promoção da cidadania entre crianças e adolescentes no ambiente escolar, com linguagem e métodos próprios.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 175/ 2013

Brasília, 26 de setembro de 2013.

Uma equipe de servidores do MPF ficará instalada na Casa Paroquial de Santa Tereza, Centro de Tefé, nos até quinta-feira (26), no período de 8h às 17h. A equipe poderá receber denúncias e reclamações dos cidadãos referentes a questões federais e também fornecer orientações caso o assunto da denúncia não seja de competência do MPF.

No último dia de atividades, o projeto visitará a comunidade Vila Sião, na Floresta Nacional (Flona) de Tefé. A procuradora da República Tatiana Dornelles apresentará a Turminha do MPF para 70 crianças que residem na localidade. Gibis do com histórias dos personagens da Turminha serão distribuídos para os alunos. No dia 26, o MPF se reúne ainda com indígenas das etnias Mayoruna e Cambeba e com líderes de comunidades tradicionais extrativistas do município de Fonte Boa.

Edições anteriores – O município de São Gabriel da Cachoeira (a 852 quilômetros a noroeste de Manaus) foi o primeiro a receber uma edição do projeto MPF na Comunidade, nos dias 9 e 10 de novembro de 2012. Na segunda edição, realizada entre os dias 3 e 7 de junho de 2013, a comitiva do MPF/AM levou as ações do projeto a Humaitá (distante 590 quilômetros ao sul de Manaus). A terceira edição foi sediada em Lábrea, a 700 quilômetros a sudeste de Manaus, entre os dias 29 de julho e 1º de agosto.

Em maio deste ano, o projeto foi regulamentado no âmbito da Procuradoria da República no Amazonas (PR/AM). A iniciativa, que conta com o apoio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), foi considerada uma boa prática pela Corregedoria do Ministério Público Federal, conforme Relatório de Correição Ordinária de 2012.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br



Grupo de 400 índios bloqueia rodovia estadual de MS, diz polícia
SÍTIO GLOBO.COM, 26.09.2013

Segundo os policiais, eles querem conversa com a Sesai.
De acordo com a Funai, na região vivem 3 mil indígenas.

Grupo de aproximadamente 400 indígenas bloqueia desde às 8 horas desta quinta-feira (26) a MS-295, entre Tacuru e Iguatemi, no Sul do estado. A informação é da Polícia Militar Rodoviária. O coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Ponta Porã, Silvio Raimundo da Silva, disse que ainda não conseguiu contato com funcionários nem com índios da região.

De acordo com a polícia, os índios estão na pista de rolagem e não permitem a passagem de nenhum veículo. Os policiais disseram ainda que eles avisaram que só desbloqueiam a rodovia após conversa com representantes da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai).
saiba mais

O coordenador da Funai em Ponta Porã falou que por não ter conseguido contato com ninguém do local, não sabe qual o motivo da manifestação. Conforme ele, nas proximidades do bloqueio há duas aldeias: a Jaguaporé e a Caçoró, onde vivem aproximadamente três mil índios. Segundo a polícia, também que há congestionamento nos dois lados da MS-295.

Conforme apurado pela TV Morena, a assessoria de imprensa do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), informou que o desembargador Josué de Oliveira e mais dois servidores estão parados no bloqueio e que os manifestantes teriam retido os telefones celulares deles.

Em Campo Grande

Indígenas ocupam desde o dia 18 o Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul (DSEI), na capital sul-mato-grossense. Eles pedem a exoneração do coordenador do órgão, Nelson Olazar.



Polícia retoma reintegração de áreas invadidas em Iranduba, no AM

SÍTIO GLOBO.COM, 26.09.2013

Terrenos foram ocupados por índios e não-indígenas há três meses
Há invasões no km 4, 6 e 37 da rodovia AM-070.

Reintegração no km 6 da Estrada Manoel Urbano, que liga Manaus a Iranduba, continuou nesta quinta-feira (26) (Foto: Camila Henriques/G1 AM) Reintegração no km 6 da Estrada Manoel Urbano, que liga Manaus a Iranduba, continuou nesta quinta-feira (26) (Foto: Camila Henriques/G1 AM)

A polícia retomou, na manhã desta quinta-feira (26), a reintegração de posse de uma área de cerca de 50 mil metros quadrados, localizada na rodovia AM-070, em Iranduba, a 27 Km de Manaus. De acordo com o coronel Aroldo Ribeiro, do Comando de Policiamento Especializado (CPE), a ação foi iniciada na quarta (25) e, pelo menos, 500 pessoas deixaram o local pacificamente. A previsão do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) é de encerrar a operação na sexta-feira (27).

Segundo a polícia, o terreno foi ocupado por índios e não-indígenas há três meses. A área foi invadida em quatro pontos ao longo da rodovia. Há invasões no km 4, 6 e 37. Cerca de 200 hectares de terras foram devastados.



Justiça suspende audiências públicas sobre usina hidrelétrica entre MT e PA
SÍTIO G1, 26.09.2013

Audiências seriam feitas nos próximos dias em Mato Grosso e Pará.
Usina hidrelétrica de São Manoel deve ser construída no Rio Teles Pires.

As audiências públicas sobre o licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Manoel, no Teles Pires, foram suspensas pela Justiça Federal de Mato Grosso nesta quinta-feira (26). As audiências estavam marcadas para os próximos dias nas cidades mais próximas da usina: Paranaíta (MT), Jacareacanga (PA) e Itaituba (PA). O impasse ocorre por conta do Ministério Público Federal (MPF) apontar falta de esclarecimento em relação aos impactos aos três povos indígenas que vivem na região.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) alegou, no processo, que as audiências públicas servem justamente para gerar mais esclarecimentos à população afetada. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) também argumentou à Justiça Federal que não há a necessidade de suspensão das audiências públicas.

A usina está projetada para ser construída no Rio Teles Pires, entre as regiões de Mato Grosso e Pará. A decisão da suspensão é do juiz federal substituto Ilan Presser, da Primeira Vara Federal de Cuiabá, que acatou o pedido do MPF dos dois estados. O magistrado determinou que as audiências fiquem suspensas até que seja finalizado o estudo de medição de impactos da obra sobre os povos indígenas. Caso a decisão judicial seja descumprida, a multa prevista é de R\$ 100 mil por dia.

saiba mais

Conforme o MPF, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) não apresentou uma versão completa do estudo sobre os povos indígenas. Atualmente o projeto está em fase de licenciamento pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O G1 entrou em contato com a assessoria da EPE, que ainda deve se posicionar oficialmente sobre a decisão.

"Permitir a realização das audiências públicas, na hipótese posta à apreciação, seria como tolerar discussões sobre o diagnóstico de eventuais enfermidades de um paciente, e procedimentos cirúrgicos a serem adotados, sem a prévia realização de todos os exames médicos necessários para tanto", comparou o juiz.

CONT.



Três etnias atualmente vivem em terras demarcadas na região. Mais próximos estão os Kayabi, cujas terras estão a um quilômetro de distância, mas nos arredores e na área de abrangência do Rio Teles Pires também se localizam aldeias dos Munduruku e dos Apiaká. Espalhados entre Mato Grosso, Pará e Amazonas, as populações das três etnias juntas não chegam a 15 mil pessoas – segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

Os procuradores da República que fizeram o pedido de suspensão, Felipe Bogado, Manoel Antônio Gonçalves da Silva e Felício Pontes Jr, informaram que o estudo do impacto deveria ter sido feito de acordo com referências feitas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O termo de referência estabelecia o que deveria ter sido estudado para medir os impactos da obra sobre os povos indígenas da região.

“O documento não foi entregue em sua totalidade, como determina o termo de referência. Vale dizer [que] os impactos da obra sobre os povos indígenas ainda não são conhecidos em sua totalidade”, diz o texto da ação.

No documento, o MPF cita pareceres da Funai sobre os estudos realizados. Segundo a Funai, falta planejamento para ações integradas em proteção territorial, proteção aos índios isolados, proteção à saúde, monitoramento participativo da qualidade da água, da fauna e das espécies de peixes.

A fundação também aponta que falta planejamento para ações integradas de gestão territorial e ambiental, de recuperação de áreas degradadas, de formação e capacitação, de comunicação social, de educação ambiental, geração de renda, valorização cultural do patrimônio material e imaterial.

Para o MPF, a falta de estudos e planejamento é ainda mais grave por se tratar de um processo de licenciamento que, segundo palavras da própria Funai, é marcado “por conflitos e tensões, e alguns confrontos diretos” e em que o estudo do componente indígena está sendo feito de qualquer maneira, “apenas para cumprir tabela”.



Em RR, povos indígenas articulam mobilização contra PEC 215

SÍTIO G1, 26.09.2013

***Encontro ocorre no dia 2 de outubro, na comunidade Sabiá.
Povos indígenas de Roraima também participam de ato em Brasília.***

As organizações indígenas e indigenistas de Roraima realizam no dia 2 de outubro, na comunidade Sabiá, localizada na Terra Indígena São Marcos, no município de Pacaraima, o encontro dos povos indígenas em comemoração aos 25 anos da Constituição Federal e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215.

A matéria está em tramitação desde 2000 e retira a atribuição exclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Executivo de promover a demarcação das reservas indígenas no país e a transfere para o Legislativo. De acordo com o texto, o Congresso Nacional também passa a ter competência para ratificar as demarcações homologadas.

Conforme o coordenador-geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Mário Nicácio, no dia 1º cada comunidade fará seu protesto contra a PEC 215. "As aulas serão paralisadas e as comunidades realizarão oficinas e seminários sobre a matéria. No dia 2 será um evento maior, com todos os povos reunidos. Um ato simbólico de abraço a Roraima", informa.

Do dia 30 de setembro a 5 de outubro haverá uma mobilização nacional dos indígenas em Brasília. Eles devem acampar na Esplanada dos Ministérios. Sete indígenas de Roraima participarão do protesto contra a PEC 215. A previsão é que os representantes dos povos sejam recebidos no Ministério da Justiça nos dias 3 e 4.



5º Festival das Araras ocorre de 4 a 6 de outubro em Boa Vista

SÍTIO GLOBO.COM, 26.09.2013

Durante o evento, a Arara Azul e Arara Vermelha, disputam o troféu Kiari. Cultura indígena do povo macuxi é o destaque do festival.

O 5º Festival das Araras, que mostra a tradição indígena de Roraima, será realizado de 4 a 6 de outubro, na área externa da Vila Olímpica, bairro Pintolândia, zona Oeste de Boa Vista. As atrações principais do festival são os grupos Arara Azul e Arara Vermelha, que disputam o troféu Kiari.

O evento, que se assemelha ao Festival de Parintins, adquiriu contornos regionais e ganhou personagens com nomes na língua materna do povo macuxi.

No Festival das Araras, o pajé virou piasã, a cunhã poranga é emanon, porta-estandarte é chamada de iurí eponen e a rainha do folclore é kari tepusen. Criado em 2008, a festa faz parte do calendário oficial de Boa Vista.

Para a realização da festa, será organizada uma estrutura com arquibancadas para público e torcida, barracas e locais destinados aos ambulantes, além do palco e o tablado, onde os espetáculos devem acontecer.

A animação das noites do Festival ficará por conta de shows musicais com bandas e artistas de Roraima. No dia A dupla sertaneja Emerson e Fabiano animará a festa no dia 4 de outubro. A banda Forró Du Gavião se apresenta no dia 5. No último dia de festa, quem embala a noite é a banda Back Country.



Pequenos produtores rurais fecham entrada de Buerarema, na BR-101

SÍTIO GLOBO.COM, 25.09.2013

Mobilização foi iniciada por volta das 17h desta quarta-feira (25), sul da BA. Protesto é por tempo indeterminado e é motivado por disputas de terras

Pequenos produtores rurais bloqueiam a entrada da cidade de Buerarema, no sul da Bahia, por causa dos conflitos de terra com indígenas, desde as 17h desta quarta-feira (25), segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF).

O protesto se manteve até por volta das 23h e travou os dois sentidos da BR-101. Além da PRF, a Polícia Militar e a Força Nacional de Segurança prestaram assistência ao local.

Por mais de 5 horas, os policiais negociaram com os manifestantes, que pediam uma reunião com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. A equipe de negociação conseguiu entrar em contato com a Secretaria da Presidência e uma reunião foi agendada primeiramente para o dia 10 de outubro, data que foi negado pelos manifestantes. Em seguida, foi agendada um contato para a próxima semana.

O diretor da Associação de Pequenos Produtores, Abiel Santos, afirmou que três mil pessoas estavam no local do início da ação. "A previsão é colocar 10 mil pessoas de hoje para amanhã [quinta-feira]. As pessoas estão perdendo as suas casas e ninguém faz nada. Tem muito bandido se passando por índio. Não aguentamos mais a indiferença do governo", diz o produtor. Segundo Abiel Santos, duas propriedades foram invadidas nesta quarta-feira e um idoso de 80 anos foi agredido. A Polícia Federal afirma que não tem conhecimento das duas ocupações.

Conflito

A localidade conhecida como Serra do Padeiro, entre Buerarema, Una e Ilhéus, é alvo de disputa entre índios e fazendeiros. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), indígenas estão ocupando fazendas na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, que pertence aos índios Tupinambás.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) afirma que 300 indígenas Tupinambás participam das ações de ocupação das fazendas, que ficam em uma área de 47.376 hectares. Segundo o Cimi, a área foi reconhecida pela Funai e o processo estaria parado no Ministério da Justiça, o que teria motivado a ocupação das terras.



Índios bloqueiam trecho da Rodovia dos Bandeirantes

SÍTIO PANTANAL NEWS, 26.09.2013

Uma tribo indígena faz uma manifestação desde as 7h de hoje (26) na Rodovia dos Bandeirantes, altura do quilômetro 20. Segundo a concessionária da rodovia, a Autoban, os indígenas bloqueiam todas as pistas do sentido capital, provocando um congestionamento de 8 quilômetros.

A tribo, que vive nas margens da rodovia, pede o fim do genocídio indígena. De acordo com a Autoban, eles protestam colocando fogo em pneus. A Polícia Rodoviária Estadual foi chamada.

A concessionária informou que o tráfego está sendo desviado pela Via Anhanguera. A recomendação aos motoristas é que não utilizem a Bandeirantes neste momento.



Índios "sequestram" desembargador e três servidores da Justiça Eleitoral

SÍTIO PANTANAL NEWS, 26.09.2013

Indíos da etnia Guaraní Caiová fizeram um desembargador e três servidores do TRE/MS (Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul). Além de fazer reféns, os indígenas bloquearam a rodovia MS-295, entre Iguatemi e Tacuru, a 427 quilômetros da Capital.

Segundo a assessoria de comunicação do TRE/MS (Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul), o vice-presidente e corregedor da corte, desembargador Josué de Oliveira, está refém com mais três servidores. Eles foram obrigados a entregar o telefone celular e estão sem comunicação.

O bloqueio e o sequestro das autoridades ocorreu às 11h de hoje.

A assessoria informou que Oliveira e os servidores estavam fazendo uma correição nos municípios de Mundo Novo e Eldorado, sendo que já haviam terminado o trabalho e retornavam para Campo Grande. Ao passar por Tacuru, eles foram rendidos.

Sete equipes da Polícia Federal já foram acionadas e estão a caminho. A ação acontece seis dias após os indígenas bloquearem a BR-262, em Miranda, como forma de protesto pelo índio Abrão Pereira, baleado no pé, durante protesto em defesa da saúde indígena.

Josué de Oliveira também é desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.



Bloqueio de rodovia é feito por 400 índios e congestionamento chega a 10 km
SÍTIO PANTANAL NEWS, 26.09.2013

Quatrocentos índios da etnia Guaraní Caiowá permanecem na rodovia MS-295, entre Iguatemi e Tacuru, a 427 quilômetros da Capital. Segundo o tenente-coronel Jonildo Teodoro de Oliveira, comandante da PRE (Polícia Rodoviária Estadual), o congestionamento, da via bloqueada nos dois sentidos, já é de 10 quilômetros. Desde a manhã, eles ainda fazem refém um desembargador e três servidores do TRE/MS (Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul).

A equipe de policiais que monitora o local, o tenente-coronel Oliveira conta que os índios reivindicam principalmente melhorias nos assentamentos, como água nas aldeias, por exemplo. Além da PRE, sete equipes da Polícia Federal e a Funai (Fundação Nacional do Índio) estão no local.

Pela manhã, assim que abordados, os servidores foram obrigados a entregarem o telefone celular. Porém, de acordo com a assessoria de comunicação do TRE/MS, um deles escondeu o aparelho e efetuar uma ligação antes de ser flagrado.

O órgão disse ainda que o desembargador Josué de Oliveira e os servidores estavam fazendo uma correição nos municípios de Mundo Novo e Eldorado, sendo que já haviam terminado o trabalho e passariam por Sete Quedas, antes de retornar a Campo Grande. Ao passar por Tacuru, eles foram rendidos.



Após manifestação, índios liberam Rodovia dos Bandeirantes

SÍTIO JORNAL DO BRASIL, 26.09.2013

Após uma hora de bloqueio, a Rodovia dos Bandeirantes, na altura do quilômetro 20, foi liberada às 8h10. A interdição ocorreu por causa de uma manifestação de tribos guaranis, que pediam o fim do genocídio indígena e a demarcação das terras. Segundo a concessionária da rodovia, a Autoban, ainda há congestionamento de 3 quilômetros, reflexo da paralisação.

Os indígenas que participaram do protesto representam cinco aldeias da cidade de São Paulo. Eles são contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, em tramitação no Congresso Nacional, que trata das demarcações de terras indígenas no país.

Em duas dessas aldeias, a Pyau e a Ytu, no Pico do Jaraguá, vivem cerca de 600 índios. Com 1,7 hectare, as duas aldeias formam a menor terra indígena do país. As outras estão no extremo sul da capital, na beira da Represa Billings, e têm população de 1,2 mil índios.

Antes da chegada da Força Nacional, ele recebia ameaças de morte por telefone e por "recados" que os algozes faziam chegar até seus ouvidos. Uma das vezes em que escapou de morrer foi no mesmo dia do assassinato de Dinho, uma das principais lideranças camponesas do sul do Amazonas, em 27 de maio de 2011. Um pistoleiro correu atrás do pastor que, de bicicleta, pedalou o mais rápido que pode.

Aos poucos, ele percebia que sua vida realmente corria perigo de "tombar". Em maio de 2012, ele tivera contato com o ouvidor agrário nacional, o desembargador Gercino Silva Filho, em uma audiência ocorrida em Lábrea. No mesmo mês, junto com outros ameaçados de morte, incluindo Laísa Sampaio, irmã da extrativista Maria do Espírito Santo da Silva (assassinada no Pará junto com o marido, José Cláudio Ribeiro, em maio de 2011), ele participou de uma sessão na Câmara dos Deputados. "Eu disse que era um defensor da floresta, mas que a floresta estava clamando por justiça e providências. Mas disse também que a vida do ser humano era mais preciosa. Por isso a gente precisava continuar vivo".